

A política do acidente histórico

Por Marcos Mollica

As reformas mais profundas da história recente do Brasil nunca nasceram de um mandato eleitoral concebido para reformar. Nasceram de acidentes — crises, rupturas, transições que, por um instante, tiraram o sistema político de seu estado normal de funcionamento. É esse fenômeno que proponho chamar de **política do acidente histórico**, e é a chave, acredito, para entender por que o Brasil muda tanto na superfície e tão pouco na estrutura.

À medida que o tempo passa, torna-se cada vez mais difícil sustentar uma leitura otimista sobre a capacidade do Brasil de promover mudanças estruturais. Não por falta de diagnósticos, de boas ideias ou de quadros técnicos qualificados. O problema é outro: o sistema político brasileiro desenvolveu, ao longo de sua história, uma extraordinária capacidade de preservar a si próprio.

Mudam os governos, alternam-se partidos, renovam-se os discursos e reorganizam-se as coalizões vencedoras. Ainda assim, a lógica fundamental de funcionamento do Estado permanece surpreendentemente estável. O país adapta-se continuamente às circunstâncias, mas resiste a transformações profundas. Avançamos por inércia, corrigindo excessos sem alterar os mecanismos que os produzem.

Em *Os Donos do Poder*, Raimundo Faoro descreve essa mesma capacidade do Estado brasileiro de preservar seus mecanismos de poder por meio da adaptação, e não da ruptura. A tese do "estamento burocrático" continua oferecendo uma lente útil para compreender por que mudanças de governo nem sempre significam mudanças na forma como o poder é exercido.

O Centrão de hoje não pode ser confundido com o estamento burocrático descrito por Faoro. Ainda assim, sua capacidade de adaptação a governos das mais diferentes orientações políticas parece uma manifestação contemporânea da mesma lógica institucional: preservar acesso ao Estado independentemente da orientação ideológica do governo de turno. É por isso que mudanças de governo costumam produzir menos transformação do que prometem nas campanhas — a disputa ocorre na superfície, entre partidos, líderes e narrativas, enquanto a estrutura de incentivos que organiza o Estado permanece relativamente constante.

Talvez isso explique um dos maiores paradoxos da história brasileira. As reformas que mais alteraram o funcionamento do país raramente nasceram de movimentos concebidos especificamente para reformá-lo. Surgiram, ao contrário, em circunstâncias excepcionais, quando crises ou transições alteraram temporariamente o equilíbrio do sistema — os acidentes aos quais me referi acima.

Ao longo das últimas seis décadas, as reformas mais relevantes resultaram de combinações improváveis entre crise, oportunidade e liderança. No início do regime militar, Castelo Branco, apoiado por Roberto Campos e Otávio Gouvêa de Bulhões, conduziu um amplo programa de reformas institucionais que lançou as bases do moderno sistema financeiro brasileiro. Décadas depois, Fernando Henrique Cardoso, intelectual identificado com a social-democracia, liderou o Plano Real, promoveu privatizações e aprofundou a integração da economia brasileira aos mercados internacionais. Mais recentemente, Michel Temer — político tradicional do centro fisiológico — aprovou reformas como o teto de gastos e a reforma trabalhista.

Apesar das enormes diferenças entre esses governos, existe um elemento comum que passa despercebido: **nenhum deles chegou ao poder com um mandato eleitoral explícito para implementar uma agenda liberal de reformas estruturais.** Castelo Branco emergiu de uma ruptura institucional. Fernando Henrique foi eleito, sobretudo, para derrotar a hiperinflação. Temer assumiu em decorrência do impeachment de Dilma Rousseff. Em todos os casos, a agenda reformista ganhou espaço porque o sistema político se encontrava, por razões distintas, fora de seu estado normal de funcionamento — sugerindo que, em condições ordinárias, ele tende muito mais à preservação do equilíbrio existente do que à realização de reformas profundas.

A conjuntura atual parece ilustrar esse padrão. Hoje, a política brasileira permanece organizada em torno de duas lideranças que dominaram a última década: Lula e Jair Bolsonaro. Essa polarização deixou de ser apenas eleitoral — tornou-se personalista, excludente e pouco programática. A competição gira muito mais em torno da preservação ou transferência de capital político do que da construção de projetos alternativos de país.

Nesse ambiente, as oportunidades reais de mudança tendem a surgir durante as transições de liderança. Foi por isso que muitos enxergaram em Tarcísio de Freitas uma rara janela: não por sua força política individual, mas pela possibilidade de canalizar o capital eleitoral do bolsonarismo para uma liderança mais institucional, capaz de ampliar sua coalizão e dialogar com o eleitorado moderado. Essa hipótese dependia de um fator decisivo — a disposição de Bolsonaro em permitir uma sucessão que extrapolasse seu círculo mais próximo. Com o prazo

de desincompatibilização do governo de São Paulo já vencido, essa janela se fechou: Tarcísio permanecerá vinculado a São Paulo, e a continuidade dentro do núcleo familiar bolsonarista prevaleceu — um exemplo de como sistemas fortemente personalistas tendem a preservar identidade e lealdade antes de favorecer lideranças capazes de construir novas maiorias.

As alternativas reformistas hoje mais visíveis à direita — Romeu Zema, Ronaldo Caiado, Renan Santos — permanecem, por ora, marginais à disputa justamente pelo motivo oposto: estão fora do eixo personalista que organiza a competição entre Lula e o bolsonarismo. Têm diagnósticos mais próximos de uma agenda liberal, mas carecem do capital eleitoral concentrado que sustenta as duas candidaturas centrais. É outra face do mesmo fenômeno: no sistema político brasileiro, força programática e força eleitoral raramente coincidem na mesma liderança.

Por isso, o cenário mais provável continua sendo uma eleição novamente polarizada. Lula inicia essa disputa em posição favorável — vantagem que parece decorrer menos de um fortalecimento de sua liderança do que das dificuldades do adversário em ampliar sua base eleitoral. Seu capital político permanece relevante, embora com sinais de desgaste após anos de governo, enquanto a sucessão bolsonarista enfrenta o desafio de ultrapassar o eleitorado mais identificado com o ex-presidente e conquistar os segmentos moderados que tradicionalmente decidem eleições no segundo turno. A vantagem de Lula, em outras palavras, é explicada tanto por seus próprios ativos quanto pelas limitações estratégicas do adversário — e, independentemente do resultado, a polarização produz intensa sensação de ruptura ao mesmo tempo em que a estrutura de funcionamento do sistema revela notável continuidade.

Movimentos como o Novo e o MBL contribuíram para recolocar no debate público temas como responsabilidade fiscal, eficiência do Estado e liberalização econômica; mais recentemente, a Missão, de Renan Santos, surgiu como a iteração mais nova dessa mesma linhagem, portadora de diagnósticos ambiciosos e propostas de reformas profundas. O desafio, porém, nunca foi apenas formular um bom programa de governo. A experiência brasileira mostra que reformas estruturais exigem algo mais difícil: controle da máquina política, capacidade de formar coalizões amplas e habilidade para coordenar interesses conflitantes — e é justamente nesse ponto que movimentos de perfil outsider encontram sua maior limitação.

A história brasileira mostra que existe uma diferença fundamental entre estar intelectualmente correto e ser politicamente capaz. Diversas correntes formularam diagnósticos consistentes sobre os problemas do país ao longo das últimas décadas; pouquíssimas conseguiram acumular o poder necessário para transformar esses diagnósticos em reformas efetivas. A política não

premia necessariamente quem apresenta as melhores ideias; premia quem consegue construir as coalizões capazes de implementá-las.

O cenário econômico reforça essa percepção. O envelhecimento da população, a baixa produtividade, a rigidez das despesas públicas e as crescentes restrições fiscais tornam difícil imaginar uma trajetória sustentável sem algum tipo de reorganização política. A crise, nesse contexto, deixa de ser apenas um risco econômico e passa a representar o mecanismo pelo qual o sistema pode perder, temporariamente, sua capacidade de acomodar interesses contraditórios. Isso não significa que crises produzam automaticamente boas reformas, muito menos que o país deva desejá-las — significa apenas reconhecer um padrão recorrente da nossa história institucional.

A política brasileira parece operar sob uma tensão permanente. De um lado, uma estrutura institucional dotada de extraordinária capacidade de adaptação e preservação, muito próxima daquela descrita por Faoro. De outro, reformas profundas que parecem depender justamente de momentos em que essa capacidade de adaptação é temporariamente reduzida por crises, rupturas ou transições excepcionais. É esse paradoxo que procurei resumir como **a política do acidente histórico**.

As mudanças mais importantes da história recente não foram conduzidas por outsiders, nem por movimentos ideologicamente puros. Vieram de dentro do sistema, quando circunstâncias extraordinárias produziram lideranças capazes de combinar poder político, capacidade de coordenação e agenda reformista.

Talvez, portanto, a pergunta mais importante para o futuro do Brasil não seja qual candidato apresenta o melhor programa de governo. A pergunta decisiva talvez seja outra:

Quem conseguirá reunir poder político suficiente para transformar boas ideias em reformas efetivas?

Enquanto essa resposta não surgir, o Brasil provavelmente continuará fazendo o que sempre fez: adaptar-se, sobreviver e adiar mudanças — até que um novo acidente histórico torne impossível permanecer exatamente onde está.